

PUCViva

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Apesar da posição da comunidade, Reitoria prossegue com os interrogatórios

Logo após a invasão policial da universidade, ocorrida em 10 de novembro de 2007, vários setores da universidade, conselhos departamentais, APROPUC e AFAPUC e outros setores da sociedade civil, posicionaram-se contra a punição dos estudantes envolvidos na ocupação da Reitoria. Os administradores da uni-

versidade, no entanto, ignoraram tal reivindicação. Determinaram a instauração de uma sindicância, que mais tarde culminou em processo administrativo contra nove estudantes.

Mais de 500 alunos participaram da ocupação, e 132 foram fichados pela Polícia. Mas os nove nomes foram apontados como "líderes" do movimento. As oitavas do processo terão início nesta segunda-feira, 18/02.

Peça de ficção

O *PUCviva* teve acesso

ao relatório que determinou o enquadramento dos estudantes, peça que apresenta uma série de contradições, tanto nos procedimentos quanto nas informações prestadas. Os estudantes não foram ouvidos: pediram vistas do processo, e tiveram este direito negado pela comissão. A recusa atenta contra o Estatuto e o Regimento da PUC-SP, que prevêem amplo direito de defesa aos acusados ao longo de processos deste tipo.

Desta forma, as únicas "provas" que serviram de base ao trabalho da comissão foram os depoimentos dos seguranças da Graber e fotos do momento da ocupação e posteriores à invasão policial. A própria reitora Maura Veras, na folha nº367 do processo, reconhece que houve impossibilidade de "identificação de todos os envolvidos", mas que mesmo assim seria possível apontar os líderes do movimento.

No depoimento de um dos seguranças, a presidente da APROPUC, Priscilla Cornalbas, é acusada de declarar, em uma assembleia, que a entidade apoiava a ocupação. Esta nunca foi a posição da entidade, que, embora considerasse justas as rei-

vindicações estudantis, defendeu fundamentalmente o diálogo entre as partes.

O relatório apresenta ainda todos os históricos escolares de alunos envolvidos. A inclusão dessas informações está sendo questionada por vários professores da casa, que vêm neste procedimento uma violação do direito de cátedra.

Fotos

O processo apresenta uma série de fotos, a maioria delas tirada após a invasão policial, visando provar os danos causados pelos estudantes. Segundo os alunos ouvidos pelo *PUCviva*, a polícia agiu com violência durante a invasão, agredindo estudantes e quebrando objetos da Reitoria. No entanto, todos os estragos foram imputados aos alunos.

O relatório da Comissão Sindicante demonstra que a Graber cumpre o papel de uma polícia política dentro da PUC-SP. A empresa se encarrega da espionagem e da delação, hoje suficientes para incriminar qualquer estudante, professor ou funcionário, sem que caiba a nenhum deles o direito de defesa.

Tais acontecimentos rompem com toda a tradição democrática da universidade, que sempre esteve na defesa dos direitos humanos e na vanguarda da manutenção da democracia no país. O *PUCviva* deverá acompanhar, nesta segunda-feira, os depoimentos dos estudantes citados pelos seguranças da Graber.



Festa e violência na recepção aos calouros

Carta Aberta aos Professores

Peço licença para me dirigir aos colegas na primeira pessoa. Em primeiro lugar, para desejar um bom ano de atividades para todos, no desempenho de nossas funções profissionais. Em segundo lugar, para confessar que é muito difícil escrever para um jornal da comunidade, como é o *PUCViva*, há mais de dez anos, sem abordar os assuntos que pautam a nossa realidade mais próxima, que fazem parte do nosso dia a dia e que interferem diretamente no nosso trabalho – por mais delicados ou incômodos que sejam tais assuntos.

Não dá para escamotear, por exemplo, que reiniciamos o ano letivo no mais completo caos administrativo. Não conseguimos, em 60 anos de história, dominar questões básicas como providenciar listas corretas de alunos, programar o número de turmas, distribuir salas para todos os cursos, ter uma definição mais clara dos contratos dos professores. Este ano a PUC-SP se superou: inúmeros alunos pagaram a matrícula, mas não estão nas listas; alunos transferidos continuam em situação anterior; o número de alunos nas turmas continua indefinido. Afinal, quem deve ser responsabilizado por essa situação constrangedora para os professores, desgastante para os alunos e altamente corrosiva para a imagem da universidade?

Não dá para ignorar também que a Reitoria decidiu levar adiante o processo de retaliação contra os estudantes que ocuparam a sua sede em novembro do ano passado. Várias instâncias da universidade (departamentos, conselhos departamentais, conselhos de centro) aprovaram em seus colegiados manifestações contrárias à repressão e à punição, em defesa do diálogo e do entendimento entre os segmentos da universidade e a sua direção. No entanto, a direção da universidade na ânsia de crucificar os estudantes, enveredou por um caminho extremamente perigoso para a PUC-SP e a comunidade, algo que exige de todos nós professores alguma reflexão e uma tomada de posição.

Vejam. Não quero parecer chato, intolerante, sectário ou radical. Quero apenas verificar, com o máximo de isenção, se o que está acontecendo é normal e aceitável ou não. Primeiro, a Reitoria aceitou uma sindicância realizada de 3 a 26 de dezembro e que tem apenas depoimentos dos seguranças da Graber, que agem como arapongas e alcagüetes – e não como inspetores de alunos ou guardas patrimoniais. Nessa sindicância, os alunos não foram ouvidos, não prestaram depoimentos, mas foram relacionados como culpados. Invoco aos ensinamentos do Direito se tal procedimento segue princípios jurídicos e éticos, de tal maneira que possam ser legitimados e respeitados pela comunidade? Sei que os Estatutos da PUC-SP não

foram respeitados, mas pergunto: a decência foi respeitada?

Esse procedimento lembra muito bem outros processos que envergonham a história da humanidade, como os da ditadura militar no Brasil montados com base nos informantes do SNI; os da URSS stalinista organizados pela KGB; e os presididos pelo senador Joseph McCarthy, com depoimentos forjados e obtidos de maneira coercitiva e ardilosa, para incriminar supostos suspeitos de conspiração comunista contra os Estados Unidos. A comunidade está disposta a silenciar diante de uma perseguição escancarada e métodos macartistas de atuação?

Conforme os depoimentos de vários alunos, durante a matrícula, em janeiro e fevereiro, eles foram ameaçados de perder bolsa de estudo por participação na ocupação, ou foi negado a eles a renegociação da dívida pelo mesmo motivo. Faz sentido que um estudante que tenha qualquer participação política no movimento estudantil seja “lembrado”, pela alta direção da universidade, de que ele é um “pobre” bolsista ou um “devedor” das mensalidades. Tais práticas devem ser consideradas normais e saudáveis no nosso meio?

Acho, no entanto, que o fato da maior gravidade é o uso de informações acadêmicas, retiradas da sala de aula e da relação do professor com o aluno, para fins estranhos ao processo ensino-aprendizado. Fico imaginando como deve se sentir um professor da PUC-SP ao saber que a nota baixa que ele deu a determinado aluno, não apenas faz a avaliação do desempenho escolar do aluno, mas serve como elemento de reforço punitivo por sua participação política dentro da instituição. Ou seja, a universidade está sendo ética e reforça a democracia interna quando utiliza contra os alunos informações reservadas da esfera acadêmica? Isso não deixa caracterizada uma odiosa perseguição contra alguns estudantes, inaceitável do ponto de vista legal e moral?

Os fatos da nossa realidade indicam que algo de muito ruim contamina as entranhas da PUC-SP. Imagino e não consigo admitir que o que vem ocorrendo hoje pudesse ter existido nas gestões de outros reitores, como a da Dona Nadir Kfoury e dos professores Luiz Eduardo Wanderley, Leila Bárbara, Joel Martins e Antonio Carlos Ronca. Não creio que eles tivessem aprovado uma sindicância desse tipo ou endossado que os prontuários acadêmicos dos alunos fossem usados – por outras instâncias – para punir os próprios alunos. Não creio.

Temo que essa degradação de valores acabe desmoralizando o nosso próprio trabalho de professores. É muito lamentável.

*Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.*

JUSTIÇA

Professor ganha ação contra redução de carga horária

O professor Jorge Rafael Renard, do Departamento de Jornalismo, demitido em 2006 pela Reitoria, acaba de sair vitorioso numa ação movida contra a PUC-SP. Ele pleiteava a diferença salarial referente a uma redução de carga horária ocorrida no primeiro semestre de 2004. O professor, à época com um contrato de tempo integral, passou para um contrato de tempo parcial de 30 horas, sem a sua anuência.

O juiz Hélcio Luiz Adorno Jr., da 51ª Vara do Trabalho em São Paulo, emitiu sentença em que julgou procedente a reclamação do professor, condenando a Fundação São Paulo a pagar, nos termos e

limites da fundamentação do reclamante, salários e reflexos, além de multas normativas – à época, os advogados da APRO-PUC calculavam em R\$ 8.400 os valores devidos ao professor. A sentença considera que “a reclamada (Fundação São Paulo) não cuidou de formalizar instrumento bilateral de alteração da carga horária. O expediente empreendido pela reclamada buscou alterar a classificação do regime ao qual estava submetido o reclamante, ferindo o Artigo 468 da CLT e o Artigo 7º Inciso 6 da Constituição Federal”.

O caso tramitou no Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, que confirmou a sentença. O mesmo ocorreu no

Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, que em 29/6 2007 concedeu ganho de causa ao professor. O processo voltou agora a São Paulo, onde teve início o cálculo dos valores indenizatórios.

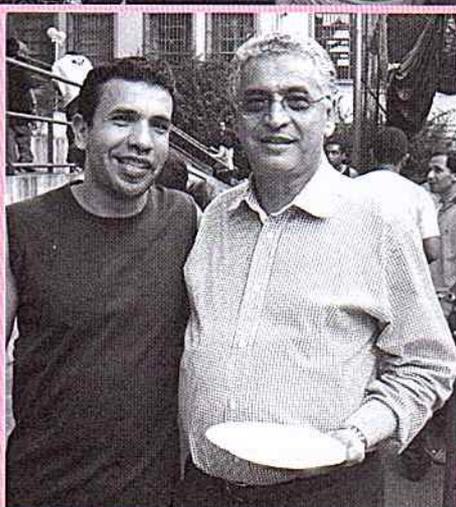
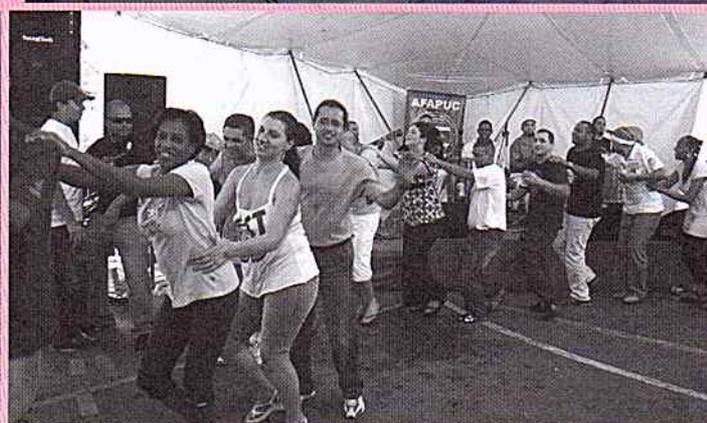
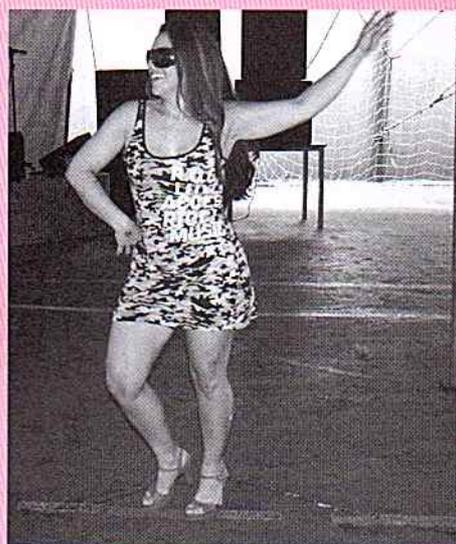
A decisão em última instância em favor do professor Jorge Rafael pode ser interpretada como uma sentença contra a própria maximização. A partir de 2006, todos os professores da PUC-SP tiveram de se submeter a uma redução de carga horária, determinada pelo Conselho Universitário. Contrariando os acordos internos e a própria Constituição Federal, nenhum docente foi consultado individualmente sobre reduções em seus contratos.

FUNCIONÁRIOS FAZEM FESTA

A tradicional festa de confraternização da AFAPUC voltou para o seu espaço tradicional. No dia 21 de dezembro a quadra do câmpus Monte Alegre era só animação, com os funcionários comemorando o término de mais um ano de muita luta. Abaixo mostramos algumas cenas de alegria explícita, mas quem quiser espiar todos os momentos da festa entre no site www.afapuc.org.br



FOTOS MARCELA ROCHA



Redesenho Institucional: dividir para governar

Quem ganha e quem perde com as atuais propostas de Redesenho Institucional?

Leandro Pires Salvador

A PUC-SP acumulou ao longo das últimas décadas algumas estruturas burocráticas e organizacionais que convergem com o espírito democrático que a Instituição sempre buscou. As últimas mudanças pelas quais vem passando a educação brasileira, com bancadas transversais no Congresso focadas no enfraquecimento do ensino público e comunitário, em benefício do ensino privado (muitas vezes seus próprios patrocinadores de campanha), colaborou para que a PUC-SP se encaminhasse para uma situação de déficit financeiro.

O que acontece no Congresso pode servir de parâmetro, em alguma intensidade, para o que ocorre na PUC-SP. Enquanto no Congresso os interesses são defendidos por bancadas partidárias e estaduais, além das tão influentes bancadas transversais (Frentes Parlamentares), na PUC-SP também há diferentes interesses e compreensões sobre um mesmo aspecto em discussão, seja ele qual for. É compreensível, por exemplo, que legisladores eleitos por São Paulo entrem em acordo, ou em conflito, com aqueles eleitos pela Bahia, quando o assunto é a verba orçamentária. Da mesma forma, é completamente democrático que políticos do PSTU defendam interesses distintos daqueles defendidos por políticos do PFL (renomeado agora para Democratas). A transversalidade acontece quando políticos eleitos por estados diferentes e por partidos diferentes, defendem certos interesses em comum, como a bancada ruralista, da educação, da saúde, e por aí tantas outras (41, segundo o DIAP).

Na PUC-SP há algo que não necessariamente ocorre com nosso Congresso: temos um objetivo comum – o bem da universidade (naquele caso seria o bem do Brasil). Ainda que grupos internos compreendam que as soluções sejam diferentes, o objetivo maior é a PUC-SP, e não os interesses das nossas bancadas trans-

versais, por exemplo.

Mas quem são os principais atores políticos da PUC-SP hoje (antes do Redesenho Institucional)? De forma resumida, podemos dizer que existem (em ordem alfabética): Alunos, Funcionários e Professores. As principais propostas de Redesenho projetaram um modelo de Universidade no qual muitas remodelações deverão ocorrer, com o objetivo de otimizar os processos burocráticos e democráticos internos, e diminuir os custos. Como resultado, algumas novas instâncias surgirão, em detrimento de outras; atores ganharão força, outros perderão.

Todas as propostas em análise pela Comissão de Redesenho Institucional (CORI) consideram tornar os professores da Graduação e da Pós-Graduação partes de uma só estrutura, ao contrário do que acontece hoje. Quanto aos Funcionários, alguns continuarão servindo a determinados setores comuns a toda a universidade (Biblioteca, Tesouraria, etc.), enquanto outros servirão a Centros ou Faculdades específicas. Funcionários e Professores, em qualquer caso, permanecerão com representatividade nas novas instâncias democráticas que foram projetadas. Com os Alunos, o fenômeno é diferente. Existem os alunos da Graduação e os da Pós-Graduação. A diferença é que um aluno não pode cursar Graduação e Pós-Graduação simultaneamente, ao contrário dos Professores, que podem dar aulas tanto na Graduação quanto na Pós.

Qual o problema das três propostas analisadas pela CORI? É que, em todas elas, a bancada transversal que mais sai enfraquecida é justamente a dos Alunos. Mas como isso ocorre? É fácil compreendermos, mas, da forma como projetaram, talvez não seja de correção automática, ainda que seja essencial para o equilíbrio de forças na PUC-SP manter-se democrático.

Os alunos de Graduação e Pós, em muitos aspectos, tratam de questões comuns, mas, em tantos outros, de

questões completamente distintas. As propostas de Redesenho atuais pretendem fundir a divergência de interesses e necessidades entre todos os Alunos num bloco monolítico, a partir do qual os Alunos de Graduação e Pós deverão disputar entre si espaço para conseguir fazerem-se representar nas instâncias democráticas da PUC-SP. Este modelo, ao invés de fortalecer a democracia interna, enfraquece, pois divide justamente aqueles que têm os interesses menos distorcidos por interesses pessoais e corporativos: os Alunos!

Todos os interesses em jogo na PUC-SP são legítimos, seja de Alunos, Funcionários ou Professores, seja da Graduação ou da Pós, *stricto* ou *lato sensu*. Democracia pressupõe divergência. As propostas atuais têm vários pontos positivos, mas enfraquecem justamente o pilar mais forte que mantém a PUC-SP como uma universidade de vanguarda, que é a defesa intransigente da democracia interna. As propostas atuais, se implementadas sem modificações importantes, criarão um conflito entre os Alunos de Graduação e Pós, que em nada será saudável para a PUC-SP como um todo.

Todos aqueles que estão envolvidos com o processo de tomada de decisões sobre o Redesenho Institucional devem levar isso em conta, nem que seja apenas para futuramente não alegarem ignorância, e poderem chamar para si a responsabilidade de conscientemente tomarem as suas próprias decisões e exercerem seus votos. O redesenho de uma PUC-SP democrática depende de coragem para discutir e sabedoria para votar. A denúncia está feita (e não é de agora!)

Leandro Pires Salvador é representante discente da Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica e membro da Comissão Política da APG PUC-SP



SUCESSÃO

Em 2008, PUC-SP escolhe nova Reitoria

Nos próximos meses, o Conselho Universitário (Consun) deverá aprovar um cronograma para a eleição da próxima Reitoria da PUC-SP. Pelos estatutos da universidade e da Fundação São Paulo, a comunidade deverá escolher entre os candidatos ao cargo. O nome mais votado será submetido à apreciação da Fundação. Até hoje, todos os nomes escolhidos pela comunidade foram posteriormente referendados pela mantenedora. O PUCviva começa neste número um debate sobre a sucessão, ouvindo professores, funcionários e estudantes sobre o tema. Hoje apresentaremos um balanço dos principais fatos que marcaram, até agora, a gestão Maura Véras à frente da universidade, temas sobre os quais os futuros candidatos deverão se ater no processo que se inicia.

POSSE DA REITORIA

No dia 20 de agosto de 2004 a professora Maura Pardini Bicudo Véras foi eleita reitora da PUC-SP. Maura obteve 41,1% dos votos ponderados entre professores, estudantes e funcionários. O projeto apresentado durante a eleição defendia uma universidade autônoma e desatrelada de ingerências externas, priorizando a indissociabilidade de pesquisa e extensão e o caráter democrático e transparente de gestão. A posse ocorreu no dia 28 de novembro do mesmo ano.

ACORDO COM BANCOS

Em seu primeiro mês de gestão, a recém-empossada Reitoria apresentou os dados da crise financeira da PUC-SP. Na época, a universidade tinha uma dívida de R\$ 56 milhões. Desse montante, R\$ 28 milhões venciam a cada 67 dias, gerando juros mensais de R\$ 1,3 milhão. A estratégia para resolver esse problema foi centralizar a dívida em poucos bancos, pagando juros mais baixos do que antes.

MAXIMIZAÇÃO, DEMISSÕES E INTERVENÇÃO

Ainda no começo de 2005, a gestão Maura Véras propôs reajuste salarial de 0% a professores e funcionários e atrasou salários. No mesmo ano, foram demitidos 68 funcionários sem aviso prévio e com critérios muitas vezes subjetivos.

Foi quando estudantes, professores e funcionários decidiram realizar uma paralisação contra as demissões, sindicâncias (contra quatro estudantes que protestaram na Praça de Alimentação) e uma certa "reforma estrutural", que não passava por negociações com a comunidade.

Em novembro de 2005, o Consun, acatando proposta da Reitoria, aprovou a aplicação da deliberação 65/78 pelo teto, a chamada maximização dos contratos docentes. Os professores passaram a obedecer ao número máximo de aulas previstos na medida, tendo que ministrar 18 horas-aula para compor o contrato, ao invés de 15.

A maximização não foi suficiente para suprir as exigências dos bancos, e nos últimos dias de 2005 a Fundação São Paulo interveio diretamente na administração da universi-

dade. Em janeiro de 2006, cerca de 1.000 funcionários e professores foram demitidos de modo arbitrário. Setores foram liquidados, e outros terceirizados.

A repercussão na comunidade foi grande. Com o Tucarena lotado, os três setores da universidade aprovaram diversas bandeiras contra a intervenção da Fundação São Paulo e dos bancos na universidade. Em 14 de março de 2006, uma assembléia decretou greve geral na PUC-SP. O eco das demissões em massa ressoou por todo o ano. A apreensão tomou conta dos corredores.

INADIMPLÊNCIA

No começo do ano letivo de 2007, a Reitoria emitiu um documento polêmico. A direção da universidade passou a exigir que os professores não registrassem a presença de alunos inadimplentes em seus diários, sob ameaça de punição.

REDESENHO INSTITUCIONAL

Apesar da criação da CORI (Comissão de Redesenho Institucional) e de uma página na internet, os debates sobre o tema foram incipientes e sem ampla participação dos três setores da PUC-SP. Durante a Audiência Pública sobre o tema, marcada perto do prazo final para aprovação de projeto, houve desentendimento e os alunos decidiram ocupar a Reitoria, contra o processo de Redesenho. Não houve diálogo e, depois de 30 anos, a Polícia Militar, a pedido da Reitoria, invadiu o câmpus Monte Alegre. Foram selecionados alguns líderes, que hoje respondem a um processo administrativo.

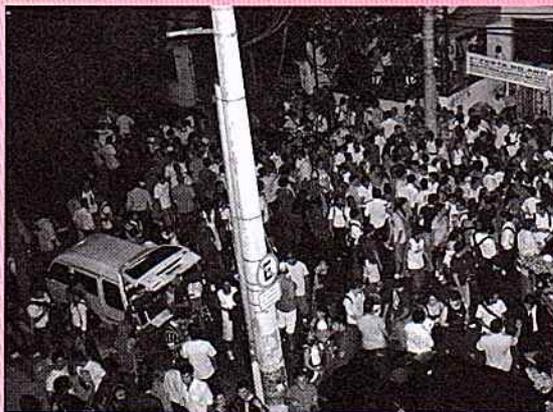
ATUAL DÍVIDA

Em 2004 a dívida bancária da PUC-SP era de R\$ 56 milhões, com prazo de pagamento até 2011. No balanço patrimonial divulgado em 2007, ela passa para R\$ 125 milhões, com vencimento até 2014. Desse valor cerca de R\$ 25 milhões foram tomados para pagamento das demissões. Boa parte dessa dívida foi negociada com o BNDES, com juros menores e prazos maiores.

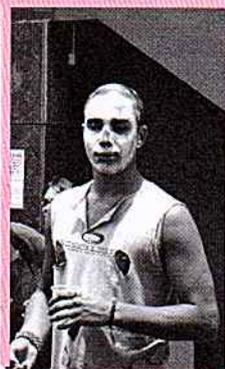
Rola na rampa

Diversas atividades marcam a calourada da PUC-SP

Durante toda a semana passada, os novos alunos da universidade foram recepcionados de diferentes maneiras em cada curso. O clima de descontração e integração foi geral. Enquanto muitos celebravam a ocasião com brincadeiras (nem sempre saudáveis) regadas a bebida (que causaram diversas ocorrências no ambulatório da PUC-SP), haverá também atividades para os que desejam compreender a realidade da universidade. Neste sentido, o CA Benevides Paixão (Comunicação) agendou para esta terça-feira, 19/02, uma Aula Magna com professores dos cursos que representa. Já o CA 22 de Agosto prepara um ciclo de palestras que contará com a presença de Cláudio Lembo, Eduardo Suplicy, Michel Temer, Bandeira de Mello, Soninha, Sérgio Gomes, Audálio Dantas e Willes Guerra, entre outros. No último dia do ciclo haverá um debate sobre o Redesenho Institucional da PUC-SP, com a presença de um representante da APROPUC. A Reitoria não fez nada para recepcionar os calouros.



FOTOS MARCELA ROCHA



A rua Ministro Godoy teve seu trânsito interrompido na noite de segunda-feira (acima à esquerda), enquanto que, pela manhã, um caminhão distribuía cerveja aos estudantes (abaixo à esquerda). Nas fotos à direita dois momentos do tradicional trote aplicado pelos veteranos.

Aberto edital para estágio na Rede PUC

O estágio é dirigido aos alunos que estejam cursando preferencialmente o 2º ou 3º ano dos cursos de Artes do Corpo, Jornalismo, Jogos Digitais, Mídias Digitais, Publicidade e Propaganda e Tecnologia e Mídias Digitais. O estágio será de 20 horas semanais, com quatro horas diárias nos períodos da manhã, tarde e noite. Os candidatos podem se inscrever até o dia 22/02. Os interessados devem se dirigir à Coordenação Geral de Estágio, no subsolo do Prédio Novo.

Peça histórica é encenada na PUC-SP

Em comemoração aos 25 anos da peça *Bailei na Curva*, de Julio Conte, o Grupo de Teatro Universitário Comunitário da PUC-SP (GTUP), com direção de Fernando Daghlian, apresentará novamente o espetáculo, em três únicas apresentações nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro, sempre às 19h30. A entrada é franca, mas sugere-se uma contribuição de R\$ 5,00. As apresentações ocorrerão no câmpus Marquês (Rua Marquês de Paranguá, nº 111).

Novo artigo no site da Cipa

Já pode ser lido no site da Cipa o texto *Dengue e Febre Amarela*, escrito por Marcos Vinicius da Silva, professor do Departamento de Medicina da PUC-SP e Diretor da Divisão Científica do Instituto de Infectologia Emílio Ribas. No artigo, o professor apresenta diversas medidas de controle mecânico e alternativo dos males mencionados, como a utilização de produtos caseiros para evitar a criação de lar-

vas do *Aedes aegypti*. São dicas de manutenção de peças vitais no dia-a-dia das pessoas, como pratos sob vasos de plantas, filtros, caixas d'água, bebedouros, piscinas, ralos aquários, material removível (latas, garrafas de vidro ou plástico, potes de iogurte, margarina ou maionese, cascas de coco, calçados e brinquedos velhos, etc.)

Correção

Em nossa edição anterior, informamos que cinco funcionários da Faculdade de Direito foram demitidos.

Na realidade, eles foram transferidos para o SIGARM, localizado no subsolo do Prédio Novo.